


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007702-72.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Fábio Montmorency**
 Requerido: **TAM - Linhas Aéreas S/A e outro**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

FABIO MONTMORENCY ajuizou **Ação de INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS c.c TUTELA ANTECIPADA** em face de **TAM LINHAS AEREAS S/A (LATAM AIRLINES) e MULTIPLUS S/A**, todos devidamente qualificados.

O autor informa na sua exordial que participa de programa de fidelidade junto à empresa requerida que atua no ramo de viagens. Aduz que possui bônus junto à mesma e relata que a ré disponibilizou parte de seus bônus a outras duas pessoas que ele desconhece. Requereu a procedência da demanda condenando as requeridas da **devolução dos pontos** e ao pagamento de indenização a título de danos morais e materiais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 17/22.

Devidamente citada a requerida apresentou contestação alegando ausência de ato ilícito, impossibilidade de devolução dos pontos ante culpa exclusiva do requerente. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 101/106.

Devidamente citada a requerida Multiplus apresentou

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

contestação alegando preliminarmente impossibilidade jurídica do pedido ante a perda de objeto. No mérito ressaltou que o consumidor tem acesso a pontuação somente com o uso de senha, tratando-se de sistema seguro de maneira a não permitir fraudes. Enfatizou que os pontos do requerente foram reestabelecidos. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

Rechaçada preliminar arguida. As partes foram instadas a produção de provas à fls. 179. O autor informou às fls. 180/181 que não pretende produzir mais provas e a requerida Multiplus manifestou interesse em julgamento antecipado da lide à fls. 186. A requerida Tam não se manifestou.

É o relatório.

Ao devolver os pontos “do autor” só podemos reconhecer que as rés admitem que não coube a ele a transação no programa TAM Fidelidade.

Ou seja: reconhecem ter ocorrido fraude.

Todo o qualquer sistema informatizado não é perfeito, sendo passível de fraude por terceiros.

Irrelevante, por outro lado, para configuração do dano, que os fatos tenham se desenrolado a partir de conduta ilícita praticada por terceiro, circunstância que não elide, por si só, a responsabilidade do fornecedor.

Como já ocorreu a restituição dos pontos e o autor não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

manifestou qualquer contrariedade, nada mais nos resta a deliberar a respeito.

Por fim, é de rigor a rejeição do pedido de indenização por danos morais, pois temos nos autos um conflito contratual sem qualquer ofensa à hora ou dignidade da parte autora nem sofrimento intenso e duradouro. Vale observar que o Colégio Recursal da Capital já consolidou o entendimento jurisprudencial no sentido de que o conflito contratual não dá ensejo a indenização por dano moral. Neste sentido foi emitido o Enunciado n. 25. ***“O simples descumprimento do dever legal ou contratual, por caracterizar mero aborrecimento, em princípio, não configura dano moral, salvo se da infração advém circunstância que atinja a dignidade da parte”*** (Enunciado 25 do I Encontro do Primeiro Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Capital no Encontro de Juízes de Juizados Especiais e Colégios Recursais em reunião administrativa do Colégio Recursal Unificado e no I FOJESP, in DJE do TJSP de 2.10.2009, pág. 30).

Na inicial o autor relata ter deixado de realizar uma viagem ao exterior por conta do ocorrido **mas nenhuma prova produziu nesse sentido. Foi dado a ele oportunidade para tanto mas preferiu peticionar a fls. 180/181, indicando o desinteresse.**

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que consta dos autos, **JULGO EXTINTO ESTE PROCESSO**, sem resolução do mérito (art. 485, inciso VI do NCPC) ante os termos acima alinhados, **em relação ao pedido de devolução dos pontos subtraídos**, vez que tal questão já foi devidamente regularizada (perda do objeto) e **IMPROCEDENTE** o pleito de dano moral.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante a sucumbência recíproca as custas serão suportadas pelas partes na proporção de 50% cada. O autor arcará com os honorários advocatícios aos patronos das postuladas, no valor de R\$ 500,00 para cada um e as requeridas pagarão honorários advocatícios ao patrono do autor, que fixo, em R\$ 500,00.

P. e Intimem-se.

São Carlos, 21 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**